

## **Criminalidade e Condição Feminina no Recife no início da República**

DÉBORA HALIDE CLAIZONI\*

O presente trabalho tem como proposta analisar o complexo processo de disciplinarização no Recife no início da República a partir das vivências e práticas delituosas e criminosas de mulheres das camadas médias e pobres, trazendo à discussão os usos da força policial e das produções imprensa especializada para alocação dos indivíduos tidos como desviantes, conforme os pressupostos estabelecidos pelo Estado, e para a definição do papel social da mulher no início da República no Recife.

**Palavras-chaves:** Criminalidade Feminina; Recife; Gênero.

Com o advento da República, permeado pelo ideal de modernização, as autoridades governamentais conceberam uma reformulação de escopo estético, baseada em um plano de modernização do país. Na busca de eliminar as mazelas coloniais ou qualquer resquício de um passado de “atraso”, surge a combinação de ações higienizadoras do espaço público citadino aliada a uma reformulação dos padrões morais a serem instituídos pelo poder público para disciplinar e normatizar os diversos grupos sociais. Tal reformulação tinha como véis a adequação dos grupos integrantes das camadas médias e pobres a tal modelo, visando o controle de suas práticas e vivências no espaço público compartilhado.

Neste período, médicos e criminologistas tornam-se elementos-chave na formulação de um código de condutas a ser seguido por todos em prol da formatação de um novo Estado. Assim, suas orientações alcançam os diversos espaços de sociabilidade, tais como os espaços de trabalho, de lazer e das relações familiares, além da normatização dos corpos masculinos e femininos.

---

\* Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco e bolsista do CNPq

Tendo como alvo a normatização do trabalhador e da adequação deste às necessidades advogadas pela elite, a redefinição da família torna-se peça mestra para a normatização da sociedade. Assim, cria-se um imaginário de mulher, voltada para a intimidade do lar, responsável por guiar neste micro-campo às raízes do modelo a ser seguido por todos os cidadãos honestos.

Acerca da imagem pensada do que é ser mulher por parte de grupos intelectuais Rachel Sohiet coloca:

*Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza, atributo desse sexo, era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como uma prova de sua fealdade. O sentimento e a razão apresentam-se como suplementos da beleza. Para a maioria dos iluministas, era patente a menor possibilidade das mulheres de abstrair e de generalizar, ou seja, de pensar. (SOIHET, 1997:09)*

Tal perfil da mulher frágil fisicamente, delicada, debilitada moralmente, presa à etapa da imaginação e da infantilidade traçado por muitos filósofos iluministas difunde-se e ganha força durante o século XIX e XX, ganhando respaldo científico. Este modelo dá suporte à imagem que vai sendo construída da mulher ideal no período. Neste sentido, como bem discute Margareth Rago em seu título “Do cabaré ao lar”, o discurso higienista institui as fronteiras do lar como limite de atuação da mulher honesta, confundindo o papel de mulher e mãe intencionalmente, além de negar sua sexualidade.

Nesta perspectiva, o discurso disciplinar retoma como função principal da mulher a maternidade, que associada ao discurso nacionalista, tem como nobre missão garantir cidadãos honrados e trabalhadores para a pátria. Desta forma, a maternidade passa a constituir uma missão patriótica, uma função pública. A mulher “vai ser o centro de todo um esforço de propagação de um modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas” (RAGO, 1997:75).

A maternidade torna-se assunto da ciência. Dessa forma, pouco a pouco a figura do padre como conselheiro e guia vai sendo substituído pelo médico da família. Como coloca Rago, a mulher deveria tornar-se a guardiã do lar, guiada por seu instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Tudo que a mulher tinha a fazer era compreender sua missão de mãe ao aceitar seu campo profissional: “as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” (RAGO, 1997:75).

Diante de tal panorama nos propomos a questionar acerca das vivências e valores, do cotidiano da mulher que era objeto desse projeto normatizador e que acabavam muitas vezes por romper os limites idealizados e propostos pelos institutos sociais que tinham como dever zelar pela ordem da sociedade.

### **Mulheres e o processo de disciplinarização no Recife**

No dia 07 de julho de 1905 no Recife foi publicada pelo Jornal Pequeno, a notícia intitulada “O hediondo crime” que assim segue:

*Damos hoje os clichês dos auctores do hediondo crime cometido na residencia do illustre coronel dr. Santos Moreira, digno e activo chefe de policia. Os habitantes desta cidade ainda estão sob o peso da grande indignação que lhes dispertou o horroroso facto que somente encontra símile nestes últimos tempos no assassinato e esartejamento da infeliz Maria Joaquina.*

*Creemos que os referidos clichês vêm satisfazer bastante a curiosidade publica, anciosa por conhecer a photografia dos monstros repellentes, que são a preta Josepha, auctora do infanticidio e sua cumplice de nome Laurinda<sup>†</sup>.*

Assim como posta na notícia acima, denominações como “monstros repelentes”, “mulheres de vida fácil”, “meretrizes inconvenientes”, “decaídas”, “vítimas do martírio da garrafa”, amasias e mundanas tornaram-se alvo freqüente de queixas e notícias publicadas na imprensa recifense causando indignação e horror por parte dos próprios redatores. Tais denominações além de remeter a uma perda de determinada virtude, como é o caso de “decaídas” serviram quase que corriqueiramente para substituir o termo “mulher” nas notícias e queixas veiculadas pelos jornais *A Província* e *Jornal*

---

<sup>†</sup> O hediondo crime. **Jornal Pequeno**, 07 jul. 1905, p. 01

*Pequeno*. Essa ação de supressão do termo sinaliza um movimento de expropriação de sua condição feminina, sugerindo novas categorias em que estas deviam ser enquadradas.

Ao ultrapassar os limites inerentes ao modelo previsto para a mulher no período, seja através do crime, como no caso supracitado de Josepha e Laurinda, seja na vivência de sua sexualidade, na exploração da vida pública, na abstenção da maternidade, do casamento “as mulheres” eram descaracterizadas e rechaçadas, tornando-se elementos nocivos às famílias e cidadãos recifenses.

Na cidade, locais como Santo Antônio e Santo Amaro são alvos constantes de queixas em que cidadãos colocam-se insatisfeitos com a presença da sujeira dos mendigos, vagabundos, gatunos e meretrizes. Tais elementos são sempre colocados como desordeiros e exploradores, onde podemos verificar até queixas de que esses falsos mendigos que se negam a trabalhar sem motivo algum confundem e prejudicam a identificação dos verdadeiros mendigos, que por alguma doença ou deficiência são impedidos de desempenhar alguma atividade laboriosa.

Assim, nos deparamos com notícias como a reclamação feita por moradores da rua do Bom Jesus acerca do meretrício e da jogatina:

*Moradores da rua Bom Jesus pedem-nos reclamar ao sr.sub-delegado de S.Antonio, contra uma mulheres de vida fácil residentes no predio n. 17 daquela rua e que se preocupam até hora mortas da noite em perturbar o silencio e a ordem daquelle local.*

*Segundo fomos informados, costumam fechar as portas, as 22 horas, continuando então uma jogatina e algazarra desenfreiadas durante toda noite<sup>‡</sup>.*

As meretrizes ganham destaque nos jornais e no período por contrapor-se a ordem higiênica do período. Buscavam-se famílias organizadas, com membros focados nas responsabilidades do lar e sem vícios sexuais, ao menos para evitar o nascimento de filhos ilegítimos, como colocou a historiadora Martha Abreu.

É a partir de tais pressupostos que o sexo passa a ser incorporado junto a outros negócios do Estado, “um assunto de interesse de todo o corpo social em função das exigências e definições médicas sobre a normalidade” (ESTEVES, 1989: 27). Desta

---

<sup>‡</sup> (Sem título). **A Província**. 21 mai. 1914. p. 01

forma, podemos entender o motivo do enfoque da imprensa, não apenas quanto à prostituição, como também quanto a crimes passionais que em geral é resultado de atos adúlteros ou que acabam revelando as diversas formas de relacionamento, como é o caso da união não regulamentada, tampouco aceita, como os amasiamentos.

Em relação a essa política “higiênica” em torno da família, Martha de Abreu coloca:

*(...) Esta política sobre as famílias preocupou-se primeira e exclusivamente com as elites, acrescentando-se à necessidade de diferenciação social, também presente na burguesia européia, a autodefesa das camadas dominantes em relação ao enorme contingente populacional de cor. Contudo, aos poucos, foi se alastrando para todo o corpo social no momento em que contingentes escravos eram incorporados ao mercado de trabalho livre, em que se fazia urgente a administração do espaço urbano e em que emergiam as discussões sobre a modernidade. Marginalizados e punidos, protegidos e valorizados, os comportamentos populares deveriam progressivamente se submeter aos parâmetros estabelecidos pelos médicos (ESTEVES, 1989: 28).*

Para Abreu, a questão não era apenas diminuir o número de amancebado ou a imoralidade que causava tanto escândalo, mas fazer com que as famílias produzissem cidadãos ordeiros, trabalhadores, e não só parentes. Para a mesma autora, a melhor ilustração desse momento é o debate sobre a lei de repressão à ociosidade em 1888 na Câmara, “quando os ilustres deputados consideraram os negros, recém-libertados, como indivíduos que viviam em ‘depravação de costumes’, ‘cheios de vícios’ e com baixos padrões morais” (ESTEVES, 1989: 29). Esses “imorais”, nessa etapa que nos propomos a discutir são membros, muitas vezes trabalhadores, da nação brasileira, lançam assim de forma contraposta, no ano da liberdade os dispositivos restritivos da massa popular.

A polícia no período é posta nos jornais da cidade como uma aliada do governo na implementação da “nova ordem” republicana, e que, por conseguinte acaba por torna-se alvo da imprensa, que expõe as críticas, sugestões e apelos à instituição policial de Pernambuco.

Assim, temos notícias de queixas à violência policial, de queixas à atuação ineficaz da polícia e acerca do cenário que vai se constituindo de desordens nos bairros onde a polícia não atua como pretendida. Nesse sentido temos a exemplo a notícia

intitulada “O policiamento da cidade” que exhibe as insatisfações e anseios da população em relação ao policiamento:

*Apezar da boa vontade do sr. desembargador chefe de policia e do coronel commandante da força publica do estado, no sentido de manter um regular policiamento nesta cidade, o Recife resente-se desse serviço.*

*A nossa capital, depois de 1 hora da madrugada, quando é apagada a illuminação electrica das principaes ruas, fica entregue á acção dos mal feitores de toda a especie.*

*Os policiaes de pontos nellas, quando não os abandonam, escoram-se nas portas dos estabelecimentos commerciaes e começam a dormir.*

*Os gatunos e desordeiros, agam, então, da melhor forma.*

*Não existe daquella hora em diante uma autoridade militar ou civil que fiscalise esses pontos policiaes, de modo que elles ficam a vontade.*

*Estabeleça-se o serviço de fiscalisação e sejam as autoridades incumbidas de vigiarem os taes pontos, se encontram ou não essa falta grave que vimos denunciar.*

*O fato de observamos hontem, ahi está para attestar o que aqui deixamos escripto.*

*Pouco depois de 2 horas da madrugada, um nosso companheiro que regressava para casa, ao passar pela rua da Concórdia, deparou com um policial que, completamente armado, pois conduzia revolver “Nagant” e sabre, dormia a bom dormir, sentado no batente de uma das portas do theatro “Moderno”.*

*Certamente essa praça estava de ponto, tendo-a abandonado para se entregar aos braços de “Morpheu”.*

*Dessa forma é que é feito o policiamento nocturno de nossa capital.*

*Não fossem os guardas nocturnos que, apesar do numero reduzido, encontramos, em quase todo logar, alerta e apitando, teríamos que registrar roubos importantes, diariamente.*

*O sr. desembargador chefe de policia e o coronel commandante da Força publica bem podiam sanar esse tão grande mal, tomando as providencias que o caso exige e que lembramos a s.s. no começo destas linhas<sup>§</sup>.*

O que se percebe, portanto, é que não é apenas a polícia que vigia em prol da instituição de uma “nova ordem”, mas também a imprensa e a elite letrada atuavam como vigilantes da própria polícia e da atuação do Estado frente aos desvios que impedissem a instituição de uma ordem ideal.

---

<sup>§</sup> O policiamento da cidade. **A Província**. 11 jun. 1917, p. 02.

## Considerações Finais

Neste diapasão verificamos que as fronteiras instituídas entre a “ordem” e a “desordem” aos poucos se torna concreto no imaginário social e político recifense e disciplinaram, portanto, o deslocamento e a sociabilidade urbanos. Vimos que sutil e alegoricamente, o grupamento dominante determina o espaço de cada grupo étnico-cultural e apontam o padrão hegemônico de atitudes e comportamentos frente à problemática da alteridade.

Ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa, percebemos que as vivências e os valores de mulheres que se contrapunham ao modelo da mulher frágil, casta e maternal acabavam por enquadrar-se como elemento criminógeno e a levar determinadas mulheres a serem vistas como criminosas e desviantes da ordem, ou seja, aquelas mulheres que não se adaptavam aos modelos estabelecidos acabavam por constituírem-se marginais da sociedade que estava sendo edificada. O modo de vida das mulheres que se envolviam em conflitos ou crimes não comportava os limites fixados pelas elites, assim criava-se com o projeto de reforma republicana, um país, um estado, uma cidade, dividida em dois mundos em constante conflito. Como coloca Clarissa Nunes:

*Todas as ilegalidades populares aqui analisadas tinham algo em comum – a criminalização dava-se mais apoiado em conceitos morais e, portanto, subjetivos, de como deveria se comportar os indivíduos para que se tornassem cidadãos laboriosos e proveitosos a sociedade toda. Esses conceitos, criados pelas elites como uma forma de disciplinar as camadas sociais de onde provinham os trabalhadores, penalizava as classes populares associando a elas hábitos e atitudes que seriam próprios à condição de pobreza em que viviam, como se o crime fosse coisa quase exclusiva de uma certa classe social (MAIA, 2001: 37-38).*

Não era incomum, assim, encontrar nas fontes consultadas, mulheres das camadas pobres, reunidas praticando imoralidades e proferindo palavras ofensivas à moral pública ou, até mesmo, bebendo junto a outras companheiras, com os quais terminavam por se embriagar e perturbar a tranqüilidade das famílias.

Em alguns casos, visualizamos essas mulheres residindo em pensões, diante do minoramento de recursos financeiro, diante da ideologia de que a “a mulher trabalha apenas para seus botões”. Alia-se, ainda, a vivência da sexualização destas em termos da exploração por homens de diferentes classes sociais. Outro aspecto importante que se percebeu ao longo de nosso trabalho, foi de notar que na documentação do judiciário os problemas levados à Justiça tinham sua origem em conflitos dentro da própria comunidade, onde os envolvidos, assim como nos aparece nos jornais, eram freqüentemente vizinhos, parentes ou colegas de trabalho.

Assim, podemos entender que a imprensa desempenhou, junto com a força repressora estatal, como polícia e judiciário, um papel fundamental no emprego da política relacionada à sexualidade, em função da provável ameaça que os populares desempenhavam através de seus atos e costumes, aos pressupostos de “ordem e progresso”.

### **Referências Bibliográficas**

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; TRINDADE, Liana Sálvia; COELHO, Lúcia Maria Sálvia. **Mulheres criminosas na abordagem interdisciplinar**. Disponível em: <[http://www.saomarcostatuape.com.br/portal2/pos/pesquisaEmDebate/docs/pesquisaEmDebate\\_9/artigo\\_1.pdf](http://www.saomarcostatuape.com.br/portal2/pos/pesquisaEmDebate/docs/pesquisaEmDebate_9/artigo_1.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2010. p.12

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro**: Paz e Terra, 1989.

MAIA, Clarissa Nunes. 2001. **Policidados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915**. 2001.250f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Departamento de História. Recife.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Estudos brasileiros ;v.90).

SOHIET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol.5, Nº1, 1º semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ.